

# **Demonstrações Financeiras**

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

31 de dezembro de 2019  
com Relatório do Auditor Independente

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores, Diretores e Conselheiros da  
**Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - NBC TG 1000 (R1).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better  
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style, that reads "Felipe Safra Dória de Azevedo".

Felipe Safra Dória de Azevedo  
Contador CRC-1SP264144/O-0

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	<b>389.331</b>	338.954
Caixa Restrito	4.1	-	6.279
Aplicações financeiras	5	<b>493.033</b>	639.435
Impostos a recuperar		<b>88</b>	32
Contas a Receber		<b>179.886</b>	58.632
Adiantamentos		<b>41.443</b>	50.598
Despesas antecipadas		<b>11.450</b>	5.750
		<b>1.115.231</b>	1.099.680
Não circulante			
Depósitos judiciais		<b>4.066</b>	-
Propriedades para investimento	6	<b>2.777.013</b>	2.996.652
Imobilizado	7	<b>31.560.749</b>	31.990.010
Intangível	7	<b>17.109</b>	6.571
		<b>34.358.937</b>	34.993.233
Total do ativo		<b>35.474.168</b>	36.092.913

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		<b>85.403</b>	70.118
Obrigações tributárias		<b>15.517</b>	20.709
Salários e encargos sociais	8	<b>255.639</b>	270.742
Projetos a Executar	16	<b>7.209</b>	6.279
		<b>363.768</b>	367.848
Não circulantes			
Receita diferida	9	<b>2.073.290</b>	2.166.432
Projetos a Executar - Imobilizado		<b>117.976</b>	125.601
Cheque Caução - Aluguéis		<b>59.250</b>	59.250
		<b>2.250.516</b>	2.351.283
Total do passivo		<b>2.614.284</b>	2.719.131
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	11	<b>5.763.355</b>	5.538.966
Ajuste de avaliação patrimonial		<b>27.096.529</b>	27.834.816
		<b>32.859.884</b>	33.373.782
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>35.474.168</b>	36.092.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas operacionais com restrições			
Subvenção de custeio educacional	15	<b>6.988.994</b>	6.635.070
Subvenção FUMCAD / CONDECA	16	<b>732.287</b>	328.547
Gratuidade - voluntários	22	<b>393.144</b>	389.560
		<b>8.114.425</b>	7.353.177
Sem restrições			
Auxílios e doações	12	<b>4.675.157</b>	5.163.835
Venda de bens e serviços		<b>190.330</b>	113.383
Aluguéis de imóveis	13	<b>261.625</b>	271.253
Receitas diversas		<b>146.758</b>	111.136
		<b>5.273.870</b>	5.659.607
Total receitas operacionais		<b>13.388.295</b>	13.012.784
Custos com programas			
Custos educacionais	18	<b>(6.080.976)</b>	(5.654.098)
Gratuidade - bolsas de estudos	15	<b>(6.988.994)</b>	(6.635.070)
Gratuidade - voluntários	22	<b>(393.144)</b>	(389.560)
Total custos com programas		<b>(13.463.114)</b>	(12.678.728)
Resultado bruto		<b>(74.819)</b>	334.056
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	19	<b>(107.181)</b>	(89.231)
Benefícios trabalhistas		<b>(68)</b>	(10.202)
Encargos sociais (FGTS e PIS)		<b>(11.637)</b>	(6.948)
Despesas gerais	17	<b>(90.507)</b>	(125.316)
Depreciação		<b>(92.971)</b>	(119.367)
Serviços prestados por terceiros	20	<b>(375.754)</b>	(365.491)
Total despesas operacionais, líquidas		<b>(678.118)</b>	(716.555)
Receitas financeiras	21	<b>401.342</b>	413.464
Despesas financeiras	21	<b>(162.304)</b>	(283.865)
Receitas financeiras, líquidas	21	<b>239.038</b>	129.599
Déficit do exercício		<b>(513.899)</b>	(252.900)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro do exercício	(513.899)	(252.900)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(513.899)</u>	<u>(252.900)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Superávit Acumulado</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.053.579	28.573.103	-	33.626.682
Realização ajuste de avaliação patrimonial	738.287	(738.287)		
Déficit do exercício			(252.900)	(252.900)
Compensação do déficit do exercício	(252.900)		252.900	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.538.966	27.834.816	-	33.373.782
Realização ajuste de avaliação patrimonial	<b>738.288</b>	<b>(738.287)</b>	-	<b>1</b>
Fundo Endowment	-	-	<b>55.744</b>	<b>55.744</b>
(Déficit) do exercício	-	-	<b>(569.643)</b>	<b>(562.168)</b>
Compensação do déficit do exercício	<b>(513.899)</b>	-	<b>513.899</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>5.770.830</b>	<b>27.096.529</b>	-	<b>32.867.359</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<b>(513.899)</b>	(244.602)
Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa		
Depreciações e amortizações	<b>762.382</b>	715.176
Realização de bens com recursos públicos	<b>(7.625)</b>	125.601
Receita diferida	<b>(93.142)</b>	(103.786)
	<b>147.716</b>	492.389
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	<b>(121.253)</b>	(44.882)
Adiantamentos	<b>9.155</b>	(97)
Despesas antecipadas	<b>(5.700)</b>	(50)
Impostos a recuperar	<b>(56)</b>	-
Depósitos judiciais	<b>(4.066)</b>	30.429
Fornecedores	<b>15.285</b>	4.588
Salários e encargos sociais	<b>(15.103)</b>	18.526
Obrigações fiscais	<b>(5.192)</b>	8.811
Projetos a Executar - FUMCAD	<b>930</b>	6.279
Cheque Caução - Aluguéis	<b>-</b>	-
Caixa Restrito	<b>6.279</b>	(6.279)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>27.995</b>	509.714
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	<b>146.402</b>	31.684
Vendas de propriedades para investimentos	<b>183.405</b>	-
Aquisições de imobilizado, intangíveis e propriedades para investimentos	<b>(307.425)</b>	(1.005.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>22.382</b>	(974.271)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>50.377</b>	(464.557)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	<b>338.954</b>	803.511
No final do exercício	<b>389.331</b>	338.954
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>50.377</b>	(464.557)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Obras Sociais Universitárias e Culturais - OSUC (“OSUC” ou “Entidade”) é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, fundada em 1962 em São Paulo. Por meio de diferentes ações a Entidade procura incentivar nos jovens, a busca da excelência humana e profissional, bem como a preocupação social e a solidariedade.

A Entidade é mantenedora do CEAP (Centro Educacional e Assistencial Profissionalizante), uma unidade não governamental fundada em 1985, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita, sem fins lucrativos, localizada na região da Pedreira, zona Sul da cidade de São Paulo. A escola oferece cursos profissionalizantes para jovens entre 10 e 18 anos que estejam matriculados no ensino regular do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A missão do CEAP é criar condições para a formação de cidadãos íntegros capazes de transformar o mundo através de seu trabalho. O CEAP está inserido em uma comunidade da zona sul de São Paulo, no bairro de Pedreira, distrito de Cidade Ademar, com uma população estimada em aproximadamente 268 mil habitantes. Em 2019, a unidade atendeu 1.196 jovens (641 alunos ativos; 52 alunos desistentes e 129 alunos em projeto de reforço escolar e 374 alunos do Projeto Maker Lab com parceria com o INSTITUTO TELLUS que financiou 100% desse projeto que consiste em um laboratório maker que objetiva estimular a criatividade e inovação de jovens entre 14 e 18 anos. Em (2018 - 1.015 jovens) tendo já atendido mais de 8 mil alunos desde sua fundação e possui um atendimento voltado a uma população exposta a situações de vulnerabilidade social.

Os recursos gerados pela Entidade para manutenção de seus objetivos sociais são basicamente provenientes das receitas de auxílio e doações de pessoas físicas e jurídicas, rendimentos de aluguéis de imóveis e de aplicações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Entidade no dia 31 de maio de 2020, refletindo todos os eventos de conhecimento da administração até a presente data.

#### 1.1. Aspectos fiscais

A Entidade é imune de impostos, de acordo com o art. 150, VI, c) da Constituição Federal.

Considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e coloque-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### **1.1. Aspectos fiscais--Continuação**

- Aplicar, integralmente, no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Entidade vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

A Entidade tem isenção da contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. A Nota 2.15 c, detalha a renúncia fiscal da Entidade.

### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2013, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído para os bens do ativo imobilizado na data de transição para a ITG 2002.

#### **2.2. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, relaciona-se com a determinação do valor recuperável do ativo imobilizado e a avaliação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado.

A Entidade adota o custo atribuído para terrenos e edificações. A cada encerramento de exercício social, a Entidade revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo tendo como referência o valor justo menos os custos necessários para a alienação dos ativos analisados.

As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliação realizados por especialistas. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras. Não há indicativos em 2019 que requeiram a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados da Entidade.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, por provisão para perda (impairment). Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e determinadas aplicações financeiras.

#### 2.5. Ativos financeiros

##### 2.5.1. Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras" e "Contas a receber".

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Ativos financeiros--Continuação

##### 2.5.2. Deterioração de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

#### 2.6. Aluguéis a receber

Aluguéis a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de locação de imóveis reconhecidos contabilmente por competência.

Aluguéis a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

#### 2.7. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Entidade é proprietária de 2 imóvel (2018 - 3 imóveis) que são mantidos para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorizações. O imóvel não é ocupado pela Entidade.



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Propriedades para investimento--Continuação

As propriedades para investimento são contabilizadas pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

O valor justo dos imóveis utilizados como propriedades para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota 6.

#### 2.8. Imobilizado

A Entidade adota a prática do "custo atribuído" (*deemed cost*) desde 1º de janeiro de 2012, conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

Além de edificações, que tiveram suas vidas úteis modificadas pelo mesmo laudo técnico elaborado por peritos independentes para avaliação do "custo atribuído", foi elaborado outro laudo técnico para revisão da vida útil dos demais ativos sendo alteradas a partir de outubro de 2014 retroagidos a data base de 1º de janeiro de 2012.

Demais itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	De 20 a 59
Veículos	8
Móveis e utensílios	De 3 a 22
Equipamentos de informática	De 3 a 22
Máquinas e equipamentos	De 3 a 22
Software	5

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.8. Imobilizado--Continuação

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, liquidadas" na demonstração do resultado.

#### 2.9. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### 2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.12. Contingências ativas e passivas

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

#### 2.13. Doações, auxílios e subvenções

A Entidade recebe doações, auxílios e subvenções (remunerações) que podem ser recebidas na forma de dinheiro, cheques, estoque de produtos, perdão de dívidas, imóveis, terrenos, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e de serviços voluntários.

Estas remunerações são classificadas da seguinte forma:

- Doação incondicional - é quando o doador não impõe qualquer condição para que o valor seja utilizado pela Entidade.
- Doação condicional - circunstância em que o doador determina ao recebedor o cumprimento de uma obrigação ou destinação específica.
- Doações para custeio - recebidas por qualquer meio (cheque, dinheiro, depósito em conta corrente etc.). São contabilizadas na rubrica de contas a receber com contrapartida na rubrica de receita de doações.
- Doações recebidas na forma de patrimônio - são os casos de imóveis doados que passam a integrar o patrimônio da Entidade. No reconhecimento inicial, são mensuradas ao valor justo e registrados em conta do ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica de receita diferida.
- Subsequentemente, à medida em que o bem é depreciado, a receita diferida também é amortizada e reconhecida na demonstração do resultado do exercício no mesmo período de forma a não resultarem em ganho ou perda na demonstração do resultado dos exercícios.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.14. Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos circulantes são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### 2.15. Reconhecimento de receitas e despesas

a) Subvenção de custeio educacional

As subvenções de custeio educacional referem-se a bolsas de estudos ofertadas aos alunos pela Entidade; são mensuradas ao valor justo e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de Subvenções de custeio educacional tendo como contrapartida a rubrica de Gratuidade - bolsas de estudos.

b) Gratuidade - trabalho voluntário

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC o n 1.409/12, a Entidade mensura e reconhece o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme detalhes discorridos na Nota 15. As receitas correspondentes aos trabalhos voluntários foram reconhecidas na rubrica Gratuidade - trabalho voluntário. As correspondentes despesas foram reconhecidas considerando a sua função. Nesse sentido, os custos atribuídos aos trabalhos voluntários identificados nos exercícios de 2019 e de 2018 foram tratados na rubrica de custos com Gratuidade - trabalho voluntário. Em vista de que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários, tem o mesmo valor das despesas de trabalhos voluntários, e foram todas apropriadas no resultado de 2019 e 2018, o procedimento não implicou em alteração do superávit daquele exercício.

c) Renúncia fiscal

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 12 da Lei 9.532/97, e imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

##### c) Renúncia fiscal--Continuação

Com relação à COFINS, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das associações sem fins lucrativos.

Com relação às contribuições a cargo da Entidade, destinadas à Seguridade Social (INSS cota empresa), o art. 29 da Lei 12.101 publicada em 27 de novembro de 2009, estabelece a isenção destas contribuições para as entidades beneficentes detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), e desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

Em 2019 ao julgar o Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são imunes à Contribuição para PIS/PASEP sobre a Folha de Salários as Entidades Beneficentes de Assistência Social que atendam aos requisitos previstos nos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966), bem como no art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991 (atualmente, art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Renúncia fiscal</b>		
<b>Educacional</b>		
Mensalidade escolar	<b>6.686.600</b>	6.635.070
Obtenção de gratuidade no serviço voluntário	<b>393.144</b>	389.560
Receitas financeiras 50%	<b>200.671</b>	206.732
Cofins 3%	<b>218.412</b>	216.941
Despesa com pessoal	<b>2.796.832</b>	2.487.605
INSS 25,5%	<b>713.192</b>	634.339
<b>Operacional</b>		
Auxílios e doações	<b>4.675.157</b>	5.163.835
Receitas diversas	<b>408.383</b>	382.389
Receitas financeiras 50%	<b>200.671</b>	206.732
Cofins 3%	<b>158.526</b>	172.589
Despesa com Pessoal	<b>185.817</b>	89.231
INSS 25,5%	<b>47.383</b>	22.754
Total	<b>1.137.513</b>	1.046.623

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

##### d) Receitas de doações

As receitas de doações, substancialmente recebidas de doadores que efetuam o pagamento por meio de boletos bancários, são contabilizadas quando recebidas.

As demais receitas são contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios.

#### 2.16. Demonstração dos fluxos de caixa

A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer deferimento ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

#### 2.17. Pronunciamentos contábeis

A entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Entendimento</u>
IFRS 16	Convergência do IASB (International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de arrendamentos	Devido a entidade adotar as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - NBC TG 1000 (R1) esse pronunciamento ainda não é aplicável.
IFRIC 23/ICPC 22	Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda	Devido ser uma entidade, não está sujeita a tributação de imposto de renda, desta forma, esse pronunciamento não é aplicável.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Ativos e passivos financeiros

	2019	2018
Empréstimos e recebíveis		
Caixa (Nota 4)	5.723	6.336
Bancos conta-movimento (Nota 4)	41.583	30.086
Aplicações financeiras (Nota 4 e Nota 5)	835.058	941.967
Depósitos judiciais	4.066	-
	<b>886.430</b>	<b>978.389</b>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	85.403	70.116
	<b>85.403</b>	<b>70.116</b>

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	5.723	6.336
Bancos conta-movimento	41.583	30.086
Aplicações financeiras	342.025	302.532
	<b>389.331</b>	<b>338.954</b>
Caixa restrito (Nota 4.1)	-	6.279
	-	6.279

Os recursos apurados em Certificados de Depósitos Bancários são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 89% à 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) (2018 - 87 à 95% do CDI).

#### 4.1. Caixa restrito FUMCAD e CONDECA

O Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FUMCAD) é um fundo do município de São Paulo com finalidade de apoiar projetos que garantam os direitos da criança e adolescente através de repasses financeiros. No ano de 2019 a Obras Sociais Universitárias e Culturais (OSUC) assinou um termo de convenio com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente (FUMCAD) Processo nº 6074.2017/0000605-3, acordando um repasse total de R\$151.544 no prazo de 1 ano. Durante o exercício de 2019, a (OSUC) recebeu o montante de R\$249.080 (2018 - R\$169.718) (Nota 16) e de rendimento de aplicação bancária R\$938,23 (2018 - R\$605,54), do montante total foram investidos R\$249.686 (2018 - R\$39.000).

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

#### 4.1. Caixa restrito FUMCAD e CONDECA--Continuação

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) é um fundo do estado de São Paulo que tem como uma das suas principais atribuições a participação na elaboração das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Para isso, busca incentivar as entidades filantrópicas através de repasses financeiros. No ano de 2019 a Obras Sociais, Universitárias e Culturais (OSUC) assinou um termo de convênio com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) Processo nº 1238/2018 acordando um repasse total de R\$358.540 no prazo de 1 ano. Durante o exercício de 2019, a (OSUC) recebeu o montante de R\$484.137 (2018 - R\$247.541) (Nota 16) e de rendimento de aplicação bancária R\$1.048 (2018 - R\$1.806), do montante total foram investidos R\$482.601 (2018 - R\$91.722).

### 5. Aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Credit Suisse - Cred Priv Sigma FICFI	65.483	62.099
Aplicações em renda Variável	150.890	144.512
Outros ativos financeiros (Nota 14)	276.660	432.824
	<u>493.033</u>	<u>639.435</u>

Referem-se substancialmente a aplicações em fundos multimercado e carteira de ações mantidos junto ao Banco Credit Suisse, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Itaú.

Os recursos apurados em Fundos de Investimentos em Cotas são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 95% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) (2019 - 92% do CDI).

### 6. Propriedades para investimento

	Em 31 de dezembro de 2018	Baixa	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2019
Terrenos	2.217.656	(63.105)	-	-	2.154.551
Edificações	778.996	(120.300)	(36.234)	-	622.462
	<u>2.996.652</u>	<u>(183.405)</u>	<u>(36.234)</u>	<u>-</u>	<u>2.777.013</u>



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Propriedades para investimento--Continuação

	Em 31 de dezembro de 2017	Transferências	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2018
Terrenos	2.217.656	-	-	-	2.217.656
Edificações	821.921	-	(42.925)	-	778.996
	<b>3.039.577</b>	-	<b>(42.925)</b>	-	<b>2.996.652</b>

As propriedades para investimento contabilizadas pelo custo atribuído que se encontram arrendadas estão relacionadas a seguir:

	2019	2018
1 - Rua Zequinha De Abreu, 404 - São Paulo (SP)	<b>2.516.528</b>	2.433.588
2 - Praça Dr. João Mendes,62 conj. 601 (SP)	<b>260.485</b>	377.087
3- Praça Dr. João Mendes,62 conj. 602 (SP)	-	185.977
	<b>2.777.013</b>	<b>2.996.652</b>

As propriedades para investimento, principalmente edifícios de escritórios, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo, não são ocupadas pela Entidade e são reconhecidas pelo valor de custo.

### 7. Imobilizado e Intangível

	Em 31 de dezembro de 2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2019
<b>Imobilizado</b>						
Terrenos	14.933.100	-	-	-	-	<b>14.933.100</b>
Edificações	15.148.710	-	-	(366.682)	-	<b>14.782.028</b>
Instalações	-	<b>34.860</b>	-	(3.288)	-	<b>31.572</b>
Veículos	171.307	<b>187.648</b>	(105.818)	(48.309)	-	<b>204.828</b>
Máquinas e equipamentos	364.986	<b>32.226</b>	-	(49.528)	-	<b>347.684</b>
Móveis e utensílios	556.431	<b>14.604</b>	-	(115.871)	-	<b>455.164</b>
Equipamentos de informática	262.109	<b>99.359</b>	-	(137.896)	-	<b>223.572</b>
Obras em andamento	553.367	<b>29.434</b>	-	-	-	<b>582.801</b>
	<b>31.990.010</b>	<b>398.131</b>	<b>(105.818)</b>	<b>(721.574)</b>	-	<b>31.560.749</b>
<b>Intangível</b>						
Softwares	6.571	<b>15.112</b>	-	(4.574)	-	<b>17.109</b>
	<b>6.571</b>	<b>15.112</b>	-	<b>(4.574)</b>	-	<b>17.109</b>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Imobilizado e Intangível

	Em 31 de dezembro de 2017	Aquisições	Transferências	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2018
<b>Imobilizado</b>						
Terrenos	14.933.100	-	-	-	-	14.933.100
Edificações	15.515.392	-	-	(366.682)	-	15.148.710
Veículos	26.132	179.655	-	(34.480)	-	171.307
Máquinas e equipamentos	227.881	174.367	-	(37.262)	-	364.986
Móveis e utensílios	667.771	4.893	-	(116.233)	-	556.431
Equipamentos de informática	290.984	89.382	-	(118.257)	-	262.109
Obras em andamento	-	553.367	-	-	-	553.367
	<u>31.661.260</u>	<u>1.001.664</u>	<u>-</u>	<u>(672.914)</u>	<u>-</u>	<u>31.990.010</u>
<b>Intangível</b>						
Softwares	5.323	4.291	-	(3.043)	-	6.571
	<u>5.323</u>	<u>4.291</u>	<u>-</u>	<u>(3.043)</u>	<u>-</u>	<u>6.571</u>

#### Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Com base na adoção da Resolução nº 1.409/12, a Entidade adotou em 1º de janeiro de 2012, o valor justo como custo atribuído e revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, por meio de laudo de avaliação emitido por especialistas. Tanto o terreno quanto o edifício (aproximadamente 9.800 m²) referem-se a sede da Entidade localizado na Rua José Vieira Martins.

### 8. Salários e encargos sociais

	2019	2018
Provisão de férias	211.718	231.359
INSS a recolher	20.012	18.089
FGTS a recolher	23.889	19.420
Contribuição sindical a recolher	20	20
PIS sobre folha de pagamento a recolher	-	1.854
	<u>255.639</u>	<u>270.742</u>

### 9. Receita diferida

	2019	2018
Rua Zequinha de Abreu, 404 - São Paulo/SP (Nota 6) (*)	2.516.528	2.516.528
( - ) Amortização acumulada	(503.306)	(419.422)
Doações Bens Imobilizado (**)	60.068	69.326
	<u>2.073.290</u>	<u>2.166.432</u>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Receita diferida--Continuação

(\*) Trata-se de imóvel que foi recebido a título de doação em dezembro de 2013 e que se encontra arrendado. O reconhecimento da receita está sendo efetuado em consonância com a depreciação do bem, registrado pelo custo atribuído avaliado ao valor de mercado por peritos profissionais e independentes, com vida útil remanescente de 30 anos.

(\*\*) Em 2019 a Entidade recebeu de doações da Dronestore, Dell Computadores e da Leroy Merlin, Drone, Microcomputadores e Ventiladores de teto respectivamente dessas empresas avaliados em (2018 - R\$88.083).

### 10. Processos judiciais

A Entidade reconhece a provisão para processos judiciais quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

### 11. Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits dos exercícios aprovados pela Assembleia Geral.

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores referentes ao custo atribuído do imobilizado e dos superávits acumulados. O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Entidade.

Na data de 21/11/2018 a diretoria reunida regulamentou a criação de um fundo patrimonial chamado Fundo Endowment com o objetivo de prover a sustentabilidade financeira da organização e a perenidade de seus projetos e atividades, mediante a criação de uma fonte de renda permanente, consistente na aplicação de recursos seguindo uma política de investimentos de baixo risco. O fundo é criado na própria estrutura da OSUC não tendo, portanto, personalidade jurídica própria. O Fundo em 31 de dezembro de 2019 está composto pelo saldo de 55.744 (em 31 de dezembro de 2018 o saldo é zero) em observância com a conta investimento na XP Investimentos Conta 3209521.

### 12. Auxílios e Doações

A Entidade recebeu no período de 2019 doações no montante de R\$4.675.157 (2018 - R\$5.163.835), de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas em receitas de doações.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Auxílios e Doações--Continuação

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Valores em Débito automático, depósitos e boletos	<b>4.533.512</b>	4.880.301
Valores em Dinheiro	-	67.618
Reconhecimento receita diferida	<b>109.974</b>	191.869
Reconhecimento receita em produtos	<b>31.671</b>	24.047
	<b>4.675.157</b>	5.163.835

### 13. Aluguéis de Imóveis

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Cardoso de Almeida (Zequinha)	<b>169.125</b>	186.503
Gimenes & Cerqueira	<b>30.000</b>	-
Roberto Arruda	<b>27.000</b>	-
Colégio Caminhos e Colinas	<b>22.000</b>	-
Ricardo de Menezes	<b>13.500</b>	-
João Mendes	-	84.750
	<b>261.625</b>	271.253

A entidade possui dois imóveis localizados na Rua Zequinha de Abreu, 404 São Paulo e Praça Dr. João Mendes, 62 Conj. 601 e 602 os quais estão alocados. A receita é reconhecida mensalmente de acordo com o período de competência.

### 14. Ações Adquiridas

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ações Telefônica	-	1.056
Ações Bradesco (Nota 5)	<b>276.660</b>	431.768
	<b>276.660</b>	432.824

Em fevereiro de 2019 a instituição vendeu as 5.737 cotas de ações ordinárias do Banco Bradesco S.A. pelo valor médio de R\$40,72 e vendeu as 24 cotas sendo 12 cotas de ações preferenciais e 12 cotas de ações ordinárias da empresa Telefônica Brasil pelo valor médio de R\$45,39 ficando ainda com 7.651 cotas de ações preferenciais do Banco Bradesco S.A representadas no quadro acima. Em maio de 2018 a Entidade vendeu as 756 ações ordinárias da empresa BRF S.A. por R\$21,80 referente ao pregão do dia 17/05/2018.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **15. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)**

De acordo com a Lei nº 12.101/2009, art. 13, §7, para fazer jus à certificação de entidade beneficente, as entidades de educação que prestam serviços integralmente gratuitos deverão garantir a observância da proporção de, no mínimo, 1 (um) aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio para cada 5 (cinco) alunos matriculados. As informações apresentadas são suportadas pelo departamento financeiro da Entidade e serão objeto de análise pelo Ministério da Educação na renovação da certificação da Entidade, conforme os requisitos previstos na mencionada lei e no Decreto nº 7.237 de 2010.

A inscrição dos candidatos será feita por meio do preenchimento do formulário de solicitação de gratuidade e de sua entrega no prazo do edital, acompanhada dos documentos comprobatórios.

Para definição do tipo da bolsa de estudos será considerado as exigências da Lei N.º 12.101/2009, art. 13, § 7º, onde a bolsa de estudo filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo e a bolsa de estudo não filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo, sendo que o patrimônio declarado deve ser compatível com esses rendimentos.

A comprovação da renda do grupo familiar e das demais informações necessárias à análise sócio econômica será feita por meio de documentos e deverá ser entregue pelo candidato ou responsável legal em local e prazos previstos.

Entende-se por grupo familiar e por renda do grupo familiar o que disciplina a legislação para as entidades certificadas como Entidade beneficente de assistência social.

A Entidade presta serviço de educação básica integralmente gratuito, e os valores contabilizados como bolsa de estudos foram apurados de acordo com os valores de mercado da região e compatível com o nível de ensino ofertado.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)--Continuação

#### a) Demonstrativo das bolsas de estudo/gratuidades

##### i) *Exercício de 2019*

	2019			2018		
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Cursos de educação básica	113	18%	1.378.238	104	17%	1.220.166
Cursos técnicos	144	22%	1.629.734	176	28%	1.711.476
Acima de um salário mínimo e meio	257	40%	3.007.972	280	45%	2.931.642
Cursos de educação básica	172	27%	2.104.782	177	29%	2.060.640
Cursos técnicos	212	33%	1.876.240	159	26%	1.642.788
Até um salário mínimo e meio	384	60%	3.981.022	336	55%	3.703.428
<b>Total das gratuidades</b>	<b>641</b>	<b>100%</b>	<b>6.988.994</b>	<b>616</b>	<b>100%</b>	<b>6.635.070</b>

  

	2019			2018		
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Robótica Básica	69	11%	856.284	-	0%	-
Robótica Automação	71	11%	882.232	-	0%	-
Informática Básica	72	11%	834.328	-	0%	-
Informática Aplicada	73	11%	910.176	-	0%	-
Auxiliar de informática	-	0%	0	67	24%	782.256
Eletricidade industrial	-	0%	0	72	26%	840.634
Eletricidade residencial	-	0%	0	71	25%	828.958
Informática aplicada	-	0%	0	71	25%	828.958
Cursos de educação básica	285	44%	3.483.020	281	100%	3.280.806
Técnico em administração	115	18%	1.124.746	112	33%	1.131.444
Técnico em informática	127	20%	1.242.510	113	34%	1.124.766
Técnico em redes de computadores	114	18%	1.138.718	110	33%	1.098.054
Cursos técnicos	356	56%	3.505.974	335	100%	3.354.264
<b>Total das gratuidades</b>	<b>641</b>	<b>100%</b>	<b>6.988.994</b>	<b>616</b>	<b>100%</b>	<b>6.635.070</b>

### 16. Projetos a executar

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) tem como objetivo financiar projetos que garantam os direitos da criança e do adolescente. Foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8069/90 no seu artigo 260 alterado pela Lei 12.594/2012 no seu artigo 87 e é vinculado deliberativamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Na Cidade de São Paulo o CMDCA foi criado pela Lei 11.123/91 e o FUMCAD pela Lei 11.247/92 e regulamentada pelo Decreto 43.135/03.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Projetos a executar--Continuação

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) do Governo de São Paulo, por meio da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar projetos de entidades, aprovados pelo seu processo seletivo, que beneficiem a sociedade. O seu Imposto de Renda devido é a principal fonte de captação de recursos do CONDECA em São Paulo e sua utilização não traz ônus a quem contribui

Para a contabilização, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

	<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>Valores recebidos repases</b>	<b>Consumo</b>	<b>Saldos em 31/12/2019</b>
Fumcad	606	<b>249.080</b>	<b>(249.686)</b>	-
Condeca	5.673	<b>484.137</b>	<b>(482.601)</b>	<b>7.209</b>
Total	6.279	<b>733.217</b>	<b>(732.287)</b>	<b>7.209</b>

  

	<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>Valores recebidos repases</b>	<b>Consumo</b>	<b>Saldos em 31/12/2018</b>
Fumcad	-	132.018	(131.412)	606
Condeca	-	196.529	(190.856)	5.673
Total	-	328.547	(322.268)	6.279

### 17. Despesas Gerais

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Outras Despesas Administrativas	<b>38.218</b>	3.642
Combustíveis e Lubrificantes	<b>17.622</b>	10.550
Outras despesas com Veículos	<b>15.342</b>	15.939
Estacionamento	<b>5.949</b>	6.259
Cartorio	<b>4.207</b>	6.436
Material de Escritorio	<b>2.814</b>	623
Lanches e Refeições	<b>2.076</b>	2.727
Correios e Malotes	<b>2.064</b>	298
Despesa com impostos, taxas e custas judiciais	<b>1.464</b>	78.332
Condução	<b>723</b>	274
Xerox	<b>28</b>	236
	<b>90.507</b>	125.316

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Custos educacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	<b>2.873.953</b>	2.487.605
Benefícios trabalhistas	<b>625.669</b>	536.817
Encargos sociais (FGTS e PIS)	<b>285.556</b>	201.037
Serviços prestados por terceiros	<b>666.110</b>	739.775
Ocupação	<b>345.367</b>	272.556
Viagens	<b>13.702</b>	12.676
Despesas gerais	<b>265.829</b>	222.262
Divulgações	<b>210.625</b>	243.276
Despesas tributárias	<b>3.442</b>	4.500
Despesas filantropia	<b>109.111</b>	305.483
Outros custos	<b>12.201</b>	29.514
Depreciação	<b>669.411</b>	598.597
	<b><u>6.080.976</u></b>	<u>5.654.098</u>

### 19. Despesas com pessoal operacional

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e ordenados	<b>66.655</b>	71.996
Adicionais e horas extras	<b>395</b>	6.440
Férias	<b>24.076</b>	6.868
13º Salário	<b>16.055</b>	3.927
	<b><u>107.181</u></b>	<u>89.231</u>

### 20. Serviços prestados por terceiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contabilidade	<b>91.126</b>	96.400
Jurídico	<b>52.090</b>	61.903
Auditoria	<b>79.841</b>	44.378
Consultoria	<b>134.166</b>	148.370
Entregas	<b>18.531</b>	14.440
	<b><u>375.754</u></b>	<u>365.491</u>



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Receitas financeiras, líquidas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	<b>(52.700)</b>	(47.523)
Juros e multas passivas	<b>(467)</b>	(1.372)
IOF	<b>(757)</b>	(3.802)
Outras despesas financeiras	<b>(108.380)</b>	(231.168)
	<b>(162.304)</b>	(283.865)
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	<b>2.516</b>	3.298
Rendimentos de aplicações financeiras	<b>155.297</b>	64.545
Descontos financeiros	<b>5.542</b>	3.717
Dividendos recebidos de ações	<b>7.991</b>	14.978
Juros sobre capital próprio	<b>194.944</b>	288.156
Outras receitas financeiras	<b>35.052</b>	38.770
	<b>401.342</b>	413.464
	<b>239.038</b>	129.599

### 22. Gratuidade - voluntários

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Nos exercícios de 2019 e de 2018, foram apurados pela administração o recebimento dos seguintes serviços prestados a Entidade:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Diretor Estatutário	<b>29.293</b>	25.977
Aulas e Palestras	<b>10.449</b>	9.515
Outras atividades educacionais e culturais	<b>353.402</b>	354.068
	<b>393.144</b>	389.560

A Entidade reconheceu nas demonstrações do resultado do exercício de 2019 e de 2018 na rubrica de Receitas de Gratuidades - Voluntários, com contrapartida em Custos Gratuidades - Voluntários. O valor justo atribuído foi determinado com base em valores de remuneração de mercado para profissionais que atuam funções similares e no montante em que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Entidade não remunera e nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus dirigentes, associados ou conselheiros.

### 24. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao período 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, certificado pela Portaria 146 de 27/08/2014, expedida pelo MEC - Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União de 29/08/2014 (Doc. SEI nº 1330435, pag. 1, item 20, anexo I)

A renovação para o período de 01 de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2019, foi protocolada 16/01/2014, para análise quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 12.101 - 27/11/2009. Em 11/03/2019, foi protocolado um novo processo solicitando a renovação do período 2015 a 2019, e esta renovação está em análise no Ministério da Educação através do Processo 23000.007335-2019-72.

### 25. Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, para responsabilidade civil geral e patrimonial:

<b>Riscos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Incêndio/raio/explosão	<b>10.000.000</b>	10.000.000
Roubo e/ou furto	<b>50.000</b>	50.000
Vendaval/furacão/ciclone	<b>150.000</b>	150.000
Equipamentos eletrônicos	<b>170.000</b>	170.000
Equipamentos estacionários	<b>200.000</b>	200.000
Responsabilidade civil - empregador	<b>500.000</b>	500.000
Danos elétricos	<b>200.000</b>	200.000
Equipamentos cinematográficos	<b>32.000</b>	32.000
Responsabilidade civil - operações	<b>500.000</b>	500.000
Queda de Aeronaves	<b>100.000</b>	100.000
Impacto de Veículo	<b>100.000</b>	100.000
Perda pagamento aluguel básica / fiança	<b>100.000</b>	100.000

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **26. Eventos Subsequentes**

Em função dos efeitos econômicos que a pandemia poderá trazer para o CEAP, a partir do mês de março foram tomadas medidas para garantir a sustentabilidade do CEAP dando continuidade aos serviços oferecidos. Resumidamente as medidas incluíram: cancelar, reduzir e postergar gastos, aumentar e garantir as captações dos recursos orçados e obter empréstimos a baixo custo.

Foram feitos cenários dos fluxos de caixa para 2020 para prever ações necessárias este ano. Também faremos, a partir de junho, um planejamento estratégico de médio e longo prazo com a ajuda de um consultor externo para adequar a ONG à nova realidade pós Covid 19.

Chegamos ao consenso que os efeitos do coronavírus são eventos subsequentes que não requerem necessariamente ajustes nos números das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em conformidade com o CPC 24 - Evento subsequente.